

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.496 - PI (2019/0141907-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : FRANCISCO DAS CHAGAS SIQUEIRA MENDES
ADVOGADOS : FRANCISCO DE SALES E SILVA PALHA DIAS - PI001223
HERBERTH DENNY DE SIQUEIRA BARROS - PI003077
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO SIMPLES. ART. 121, *CAPUT*, DO CÓDIGO PENAL. ART. 489, § 1.º, INCISOS IV E VI, DA LEI N.º 13.105/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N.ºs 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO NÃO CONFIGURADO. ART. 414 DO CPP. INCERTEZA PELAS INSTÂNCIAS LOCAIS QUANTO À INCIDÊNCIA DA CAUSA EXIMENTE DA LEGÍTIMA DEFESA. CONTEXTO FÁTICO DELINEADO POR 5 (CINCO) DISPAROS DE ARMA DE FOGO CONTRA A VÍTIMA. FUNDADA DÚVIDA. MATERIALIDADE DELITIVA E INDÍCIOS DE AUTORIA CONSTATADOS. PRESERVAÇÃO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS E DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO NATURAL DO JÚRI POPULAR. PRONÚNCIA FUNDAMENTADA E MANTIDA. INVERSÃO DO JULGADO. SÚMULA N.º 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. MERA TRANSCRIÇÃO DE EMENTA. AUSÊNCIA DE EFETIVO COTEJO ANALÍTICO NECESSÁRIO À CONSTATAÇÃO DE EVENTUAL SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS RECORRIDO E PARADIGMA. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por FRANCISCO DAS CHAGAS SIQUEIRA MENDES contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que inadmitiu recurso especial manifestado contra acórdão prolatado no Recurso em Sentido Estrito n.º 2017.0001.006994-2.

Consta dos autos que o Agravante foi pronunciado, pelo Juízo singular, com base no art. 413 do Código de Processo Penal, como supostamente incurso nas sanções do art. 121, *caput*, do Código Penal. Opostos embargos de declaração, o Juízo embargado os rejeitou.

Irresignada, a Defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal

local negou provimento. Opostos embargos de declaração defensivos, a Corte estadual os rejeitou.

No recurso especial, interposto com respaldo no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, a Defesa sustenta, em síntese, contrariedade ao art. 414 do CPP, c.c. o art. 489, § 1.º, incisos IV e VI, da Lei n.º 13.105/2.015, e corroborada por dissídio pretoriano, ao argumento de que, *"apesar de a materialidade restar provada no caso concreto, bem como os indícios de autoria (através da confissão do réu em seu interrogatório)"* (fl. 658), o *"competente Promotor Público, titular da ação penal"* reconheceu a *"falta de justa causa para a acusação, culminando no requerimento de impronúncia do acusado"* (fl. 655) – fato reiteradamente omitido no aresto recorrido –, diante da hipótese de *"incontroversa legítima defesa"* por este perpetrada em desfavor da Vítima, *"excludente de ilicitude que garante a absolvição sumária"* (fl. 655).

Nesse contexto, roga pela *"reformulação do decisum"* fustigado, *"para absolver sumariamente o Recorrente"* (fl. 660).

Contrarrazões apresentadas às fls. 680-694.

De forma incidental, suplica a Defesa, ainda, às fls. 769-790 e 794-796, respectivamente, pela concessão de efeito suspensivo ao apelo raro.

A Corte de origem não admitiu o recurso especial, motivo pelo qual subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça por intermédio do presente agravo.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo em recurso especial (fls. 760-765).

É o relatório. Decido.

Evidenciada a viabilidade do agravo, passa-se à análise do recurso especial.

Quanto à questão em debate, o Tribunal *a quo*, ao julgar o recurso em sentido estrito, explicitou (fls. 604-609; grifos diversos do original):

"O réu foi pronunciado em razão de, no dia 10/07/2003, ter efetuado cerca de cinco disparos de arma de fogo contra a vítima [...], vulgo "Gotinha", levando-o a óbito (fls. 228/237).

Consta na sentença de pronúncia que a vítima estava na companhia de Bryan Cassidy Sales de Araújo, nas proximidades do campus da Universidade Federal do Piauí, oportunidade em que foram abordados pelo acusado, que os estava seguindo em um veículo de marca Toyota. Em seguida, o Recorrente teria descido do carro,

portando uma arma de fogo e perguntado para os dois se eles teriam assaltado o seu carro. Após, teria efetuado cerca de cinco disparos, atingindo a vítima, que foi a óbito [...]

Na decisão recorrida, o magistrado a quo aduziu restarem comprovados indícios de autoria e materialidade suficientes para justificar a pronúncia do acusado.

Em razões (fls. 461/468), vindica o Recorrente sua impronúncia frente ao acolhimento da tese de legítima defesa.

Em contrarrazões, o Ministério Público Estadual argumenta que existem nos autos provas suficientes a embasar a pronúncia do acusado (fls. 472/475).

[...]

*Em fundamentado parecer, o MINISTÉRIO PÚBLICO SUPERIOR manifestou-se pelo conhecimento e **improvemento** do recurso interposto (fls. 501/507).*

[...]

Tendo em vista a finalidade do recurso interposto, o acusado fundamenta o pedido recursal no argumento de que praticou o fato sob o manto da excludente de ilicitude da legítima defesa, pugnando por sua absolvição sumária.

*Neste íterim, torna-se importante destacar que **a absolvição sumária por legítima defesa**, na firme compreensão da jurisprudência e doutrina pátrias, **somente há de ter lugar quando houver prova inequívoca da excludente, a demonstrá-la de forma peremptória**. Desta forma, **sendo controversa a questão relativa à ocorrência da legítima defesa, não há que se absolver sumariamente o réu**.*

[...]

É preciso ressaltar que somente comporta absolvição sumária a situação envolta por qualquer das excludentes de culpabilidade ou ilicitude quando nitidamente demonstradas. Havendo dúvida razoável, torna-se mais indicada a pronúncia, porquanto ser o Júri o juízo competente para deliberar sobre o tema.

[...]

*No feito em apreço, o **não acolhimento da tese da legítima defesa em primeiro grau revela-se suficientemente justificado, porquanto não restou, de plano, caracterizada a exculpante**, o que autoriza a rejeição da tese.*

*Compulsando os autos, **constata-se que nenhuma das testemunhas ouvidas indicam elementos suficientes para a constatação da ocorrência da legítima defesa**. Senão vejamos:*

[...]

*Portanto, os elementos constantes nos autos **não autorizam a absolvição sumária do recorrente, vez que não restou caracterizada, de forma indubitosa, a excludente de ilicitude suscitada, e mesmo que supostamente a vítima tenha, injustamente, dado início às agressões, há***

indícios de que o Recorrente não teria usado de meios moderados para repeli-las, tendo em vista que teriam sido proferidos cinco disparos.

Em razão disso, não há como se absolver sumariamente o réu, sob pena de usurpação de competência do Tribunal Popular do Júri, sobrelevando-se que incide, nesta fase do procedimento, o Princípio do in dubio pro societate."

Na sequência, a Corte local, ao julgar os embargos de declaração defensivos, aclarou (fls. 644-650):

"Aduz, em síntese, o Embargante que o acórdão impugnado incorreu em omissão, vez que não teria abordado a tese de que o acusado teria agido amparado pela excludente de ilicitude da legítima defesa.

[...]

De logo se vês que o acórdão embargado tratou exaustivamente da tese suscitada, não incorrendo em omissão.

[...]

Em face da motivação aduzida, evidenciada a ausência de qualquer dos elementos aptos ao aclaramento ou modificação do Acórdão, não há que ser provido o recurso oposto."

Inicialmente, sobre a apontada afronta ao art. 489, § 1.º, incisos IV e VI, do CPC/15, adstrita à tese de que o "*competente Promotor Público, titular da ação penal*", reconheceu a "*falta de justa causa para a acusação, culminando no requerimento de impronúncia do acusado*" (fl. 655), constata-se que tal questão, **sob o enfoque** patrocinado na apelação, nos embargos de declaração e no recurso raro, não foi alvo de discussão e deliberação pelo Colegiado estadual, tampouco objeto de ulterior questionamento, pela Defesa, por ofensa ao **art. 619** do referido diploma, estando patente, desse modo, a ausência de prequestionamento.

A propósito, assim dispõe a jurisprudência consolidada deste Tribunal Superior (grifos diversos do original):

"Súmula 211 – Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo."

Com efeito, não tendo a inteligência do preceito infraconstitucional em análise

sido previamente debatido e deliberado pelo Tribunal ordinário, afigura-se inviável sua análise, nesta via especial, ante a incidência do óbice disposto nas Súmulas n.ºs 282/STF e n.º 211/STJ, impeditivo ao conhecimento, por esta Corte, de matéria não prequestionada.

Quanto ao tema, este Tribunal Superior já sublinhou que, *"para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal, situação esta inócurrenente in casu [...]"* (AgRg no AREsp 554.944/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 01/02/2016; grifos diversos do original.).

Na mesma direção:

"DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. [...] AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

9. Por fim, as teses [...] não foram debatidas na instância de origem, apesar da oposição de embargos de declaração, o que atrai, os óbices das Súmulas n. 282/STF e 211/STJ.

10. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 1.527.212/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 27/09/2019; grifos diversos do original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. [...] AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. ÔNUS DA PROVA. ART. 156 DO CPP. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

3. Afasta-se a incidência do óbice da Súmula n. 211/STJ somente quando se alegar violação ao disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, sob o argumento de omissão do acórdão impugnado no que diz respeito ao dispositivo tido por malferido. [...]

6. Agravo regimental desprovido." (AgRg nos EDcl no REsp 1.465.485/PR, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 18/06/2019; grifos diversos do original.)

Outrossim, em atenção à contemporânea sistemática processual, disposta no art. 1.025 da Lei n.º 13.105/2015, c.c. o art. 3.º do CPP, é cediço que eventual admissão do denominado "prequestionamento ficto", como desdobramento do devido processo legal, estaria condicionada à constatação, por este Tribunal Superior, do vício integrativo presente no aresto embargado, **mas desde que o Recorrente tenha apontado, nas razões do recurso especial, violação ao art. 619 do CPP** e/ou ao art. 1.022 do CPC/15, encargo não desincumbido pela Defesa às fls. 652-661.

Nesse norte:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] CONTRARIEDADE A DISPOSITIVOS DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE APONTAR O ART. 619 DO CPP. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

3. 'Entende esta Corte que **o prequestionamento ficto é possível até mesmo na esfera penal, desde que no recurso especial tenha o recorrente apontado violação ao art. 619 do CPP** (dispositivo do CPP correspondente ao art. 1.022 do CPC), a fim de permitir que o órgão julgador analise a (in) existência do vício assinalado e, acaso constatado, passe desde então ao exame da questão suscitada, suprimindo a instância inferior, se necessário, consoante preleciona o art. 1.025 do CPC. Precedentes.' (AgRg no REsp 1.669.113/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 11/05/2018).

4. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no AREsp 1.196.696/BA, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019; grifos diversos do original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 639, I, DO CPP. PREQUESTIONAMENTO FICTO. AUSÊNCIA. NÃO APONTADA A NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NAS RAZÕES DO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. *Entende esta Corte que o prequestionamento ficto é possível até mesmo na esfera penal, desde que no recurso especial tenha o recorrente apontado violação ao art. 619 do CPP* (dispositivo do CPP correspondente ao art. 1.022 do CPC), a fim de permitir que o órgão julgador analise a (in)existência do vício assinalado e, acaso constatado, passe desde então ao exame da questão suscitada, suprimindo a instância inferior, se necessário, consoante preleciona o art. 1.025 do CPC. Precedentes.

2. *Agravo regimental improvido.*" (AgRg no REsp

1.669.113/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 11/05/2018; grifos diversos do original.)

Na espécie, e a contrário senso do quanto aventado pela Defesa, insta sublinhar que, conforme consignado nos autos, "*o Ministério Público Estadual argumenta que **existem nos autos provas suficientes a embasar a pronúncia do acusado***" (fl. 605; grifos diversos do original).

Quanto ao tema de fundo alhures, não obstante se trate de fase prelibatória da acusação, é pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que o fato do Ministério Público, **eventualmente**, manifestar-se, seja como parte ou como *custus legis*, pela ocorrência de possível discriminante da legítima defesa, ainda assim não vincula o Órgão Julgador, cujo ofício jurisdicional está permeado pelo princípio do livre convencimento motivado, conforme interpretação sistemática do art. 155, *caput*, conjugada à elucubração do art. 385, ambos do CPP.

Com esteio nessa máxima, este Tribunal Superior já advertiu que "***o julgador não está vinculado à manifestação do Ministério Público. Tem ele liberdade de decidir, de acordo com o seu livre convencimento***" (HC 137.322/DF, Rel. Ministro CELSO LIMONGI, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP, SEXTA TURMA, julgado em 05/05/2011, DJe 23/05/2011; grifos diversos do original.).

Em simétrico sentido:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA. [...] VIOLAÇÃO AO ART. 385 DO CPP. IMPROCEDÊNCIA. MANIFESTAÇÃO NÃO VINCULANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...]"

III - O juiz deve obedecer ao princípio do livre convencimento motivado e, mesmo diante de manifestação do Parquet em sentido diverso, pode decidir pela condenação, já que tal manifestação não vincula o julgador.

Agravo regimental desprovido." (AgRg nos EDcl no AREsp 984.161/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 28/02/2018; grifos diversos do original.)

No mérito, verifica-se que o acórdão recorrido converge ao entendimento propalado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, na esteira de que somente **não será pronunciado** o acusado, com mitigação ao princípio do *in dubio pro societate*, e até autorizada – **de forma excepcional** – sua absolvição sumária, quando **clara e indubitável** a certeza quanto: à inexistência de *animus necandi* na conduta do agente; à incidência de causa discriminante ou de isenção de pena, previstas nos arts. 20 e 23, ambos do CP; não especificadas eventuais circunstâncias qualificadoras e/ou inexistir comprovação da materialidade delitiva do fato denunciado, imprescindíveis ao regular prosseguimento da persecução criminal.

Assim, para esta Corte, na "*pronúncia, cumpre ao magistrado de primeiro grau exercer apenas um juízo preliminar, no qual prevalece o princípio in dubio pro societate, ou seja, os elementos caracterizadores do delito não precisam ser inequívocos a justificar a decisão de dar prosseguimento ao feito perante o eg. Tribunal do Júri.*" (AgRg no AREsp 855.411/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 14/10/2016, sem grifos no original).

In casu, o Colegiado *a quo* ponderou que o art. 415, inciso IV, do CPP apenas admite a absolvição sumária do imputado, em função da causa eximente da legítima defesa, "*quando houver prova inequívoca da excludente, a demonstrá-la de forma peremptória*" (fl. 606; grifos diversos do original), o que não se coaduna ao caso em tela, porquanto "*nenhuma das testemunhas ouvidas indicam elementos suficientes para a constatação da ocorrência da legítima defesa*" (fl. 607; grifos diversos do original).

Desta feita, confirmados em juízo a existência da materialidade delitiva, não manifestamente improcedente, e os indícios da autoria dolosa do agente, não tangenciada por **inequívoca causa eximente** ou dirimente – aquilatados pelo Julgador ordinário **em raso** convencimento motivado –, imprescindíveis à definição e à competência do escalonado procedimento do Tribunal Popular, a manutenção da pronúncia é medida de rigor.

Entendimento em sentido contrário consubstanciaria verdadeira ofensa ao mister constitucional atribuído à instituição do Júri, notadamente à soberania dos veredictos outorgada ao legitimado Conselho de Sentença, que apreciará em Plenário, de forma exauriente, na segunda fase meritória – do *judicium causae* –, todas as versões e provas

patrocinadas pelas partes, a teor dos arts. 413, § 1.º, 414, *caput*, e 415, todos do Código de Processo Penal.

Nessa perspectiva:

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO SIMPLES. INÉPCIA DA INICIAL. QUESTIONAMENTO QUANTO ÀS QUALIFICADORAS. AUSÊNCIA DE INTERESSE. SÚMULA 284/STF. EXCESSO DE LINGUAGEM. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

2. A decisão de pronúncia abordou apenas os necessários requisitos de autoria e materialidade, com base nas provas apresentadas e na confissão qualificada [...]

3. Na hipótese de dúvida acerca da legítima defesa durante a fase do *judicium accusationis*, deve o magistrado submeter à apreciação pelo Tribunal do Júri [...]

4. Agravo regimental improvido." (AgRg nos EDcl no REsp 1.761.586/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 21/06/2019; grifos diversos do original.)

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. HOMICÍDIO. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA EXCLUDENTE DA LEGÍTIMA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE. PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. A DISCUSSÃO SOBRE O MÉRITO DA CAUSA É COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. WRIT NÃO CONHECIDO. [...]

2. Incluída no procedimento especial para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, a **decisão de pronúncia**, descrita no art. 413 do CPP, **não é sede própria para o enfrentamento de matérias relacionadas com o próprio mérito da imputação**, pois não define a responsabilidade penal do acusado, representando apenas um juízo de admissibilidade da acusação.

3. Na espécie, o Tribunal de origem, ao analisar os fatos e provas, assim como o Magistrado, concluiu haver **suficientes os indícios de autoria delitiva hábeis a provocar o julgamento perante o Tribunal do Júri, afastando a tese de legítima defesa por não estar comprovada de plano**. Não há nos autos um conjunto probatório apto a concluir, **sem qualquer dúvida**, que o paciente agiu em legítima defesa. Acertada, por conseguinte, a decisão do Juiz de primeiro grau ao pronunciar o acusado para que seja julgado pelo júri popular. [...]

5. Habeas corpus não conhecido." (HC 474.428/RS, Rel. Ministro

REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019; grifos diversos do original.)

Ademais, verifica-se que a Corte estadual, ao sopesar o delineamento fático e probatório, **até então**, carreado aos autos na prelibatória fase do *judicium accusationis*, concluiu pela suficiência de elementos constitutivos do tipo penal capitulado no art. 121, *caput*, do CP imputado ao Pronunciado, e **sem incontroversa convicção** quanto à incidência da ventilada causa justificante da "*legítima defesa*" (fl. 655), contexto apto à definição da competência e ao julgamento do feito pela instituição do Júri.

A desconstituição do julgado, por suposta ofensa ao art. 414 do CPP, com propósito de absolvição sumária do Imputado, demandaria necessário revolvimento do contexto fático-probatório, providência incabível, conforme inteligência do Enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte.

Em casos análogos:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. HOMICÍDIO. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA EXCLUDENTE DA LEGÍTIMA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE. **PRONÚNCIA**. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. A DISCUSSÃO SOBRE O MÉRITO DA CAUSA É COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

3. *Na espécie, o Tribunal de origem, ao analisar os fatos e provas, assim como o Magistrado, concluiu haver suficientes os indícios de autoria delitiva hábeis a provocar o julgamento perante o Tribunal do Júri, afastando a tese de legítima defesa por não estar comprovada de plano. Não há nos autos um conjunto probatório apto a concluir, sem qualquer dúvida, que o paciente agiu em legítima defesa. Acertada, por conseguinte, a decisão do Juiz de primeiro grau ao pronunciar o acusado para que seja julgado pelo júri popular.*

4. *Ademais, o exame da insurgência, no que se refere à alegada ocorrência de legítima defesa, demanda aprofundado revolvimento do conjunto probatório, em indevida supressão à apreciação júri popular, que detém competência constitucional para o exame da questão, além de ser vedado na via estreita [...]. Precedentes.*

5. *Habeas corpus não conhecido.*" (HC 474.428/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em

21/02/2019, DJe 01/03/2019; grifos diversos do original.)

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. [...] AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES PARA OS FATOS. NECESSIDADE DE SUBMISSÃO AO TRIBUNAL DO JÚRI. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 7/STJ E 279/STF.

1. Havendo elementos indiciários que subsidiem, com razoabilidade, as versões conflitantes acerca dos fatos imputados, a divergência deve ser solvida pelo Conselho de Sentença, evitando-se a indevida invasão da sua competência constitucional.

2. 'As alegações dos agravantes no sentido de que [...] tenham agido em legítima defesa, reclamam, necessariamente, incursão no acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento, enfatize-se, vedado pela Súmula n. 7 desta Corte, e que não se coaduna com os propósitos atribuídos à via eleita' (AgRg no AREsp n. 1.036.011/SP, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/9/2018, DJe 10/9/2018).

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg nos EDcl no AREsp 1.383.234/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 21/03/2019; grifos diversos do original.)

Noutro giro, no tocante à interposição do apelo raro com base na alínea c, tal intento, de igual sorte, não merece cognição, porque a demonstração do dissídio jurisprudencial não se contenta com **meras transcrições de ementas**, sendo indispensável o **efetivo** cotejo analítico entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, declinados ao exame de **eventual identidade ou similitude fática** entre esses, nos moldes legais e regimentais, o que não se identifica no caso em apreço.

A respeito, já se decidiu que *"é imprescindível o atendimento dos requisitos do art. 255, § 1º, do RISTJ, para a devida demonstração do alegado dissídio jurisprudencial, pois **além da transcrição de acórdãos** para a comprovação da divergência, **é necessário o cotejo analítico** entre o aresto recorrido e o paradigma, com a demonstração da identidade das situações fáticas e a interpretação diversa ao dispositivo de legislação infraconstitucional"* (AgRg no AREsp 93.424/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 09/11/2016; grifos

diversos do original), o que não se verifica no caso em exame.

A respeito:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E DE SIMILITUDE FÁTICA. [...]

1. A aventada divergência jurisprudencial não foi demonstrada nos termos exigidos pela legislação processual de regência. A mera transcrição de ementas não serve à comprovação do dissídio, sendo necessário o cotejo analítico entre os acórdãos recorrido e o paradigma, com a efetiva confirmação da similitude dos casos confrontados.

[...]

5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1.486.598/SE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 27/08/2019; grifos diversos do original.)

Por fim, apreciado o apelo raro em sua plenitude, fica prejudicado o pleito defensivo de atribuir-lhe efeito suspensivo.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora